

ESPAÇOS PÚBLICOS E USO COLECTIVO DE ESPAÇOS PRIVADOS

por

Miguel Silva Graça*

Resumo: As nossas cidades sofrem actualmente de novas formas de evolução e expansão. Encontramo-nos perante uma cidade impulsionada por dinâmicas e processos divergentes, que se dissolve pelo território, resultado da adição de densidades concentradas, acessos viários e acumulações comerciais.

Sentimos como os processos de periferização e suburbanização, conduzem ao desaparecimento da vivência do espaço público, quando a praça ou o largo não são mais o lugar de encontro, quando o passeio público é reduzido a um percurso pedonal e o automóvel monopoliza a paisagem urbana.

Paralelamente a um novo urbanismo fragmentário e hostil que emerge nas periferias das nossas cidades, vemos surgir novas formas de simular e de viver cidade.

Construídos imitando os espaços tradicionais da cidade, os novos espaços comerciais – que crescem nas zonas suburbanas actuais – copiam também os seus usos e as suas tipologias.

Verificamos como estão repletos as suas ruas e praças cobertas, preferidos, de longe, por uma classe média consumista, aos outros espaços urbanos.

Aqui encontramos uma nova urbanidade, novos hábitos e novos usos. Num espaço que oscila entre a propriedade privada e o uso colectivo, deparamo-nos com uma envolvente onde tudo está organizado, onde o ambiente e a temperatura estão controlados, onde os nossos passos estão vigiados e onde se as pessoas se sentem seguras, apesar de ser um local onde a ideia de interacção autêntica entre os cidadãos desapareceu por completo.

O olhar desta comunicação centra-se e mais concretamente em Portugal, onde nos últimos 20 anos, um aumento exponencial do poder de compra e um crescente endividamento das famílias, criou um terreno fértil para a expansão de pólos e áreas comerciais de grande escala.

Numa altura em que cidade e território se fundem, o objectivo será tentar traçar o perfil dos espaços e usos públicos e privados que se estão a construir no início deste novo século.

Palavras-chave: Espaço público; espaço privado; crise.

* Arquitecto. Docente na Faculdade de Arquitectura e Design da Universidade Independente, em Lisboa. Doutorando do Programa “Problemas de la Arquitectura y Ciudad Moderna: Teoría, Historia, Proyectos” da Universidad de Valladolid, Espanha. Desenvolve o projecto de Tese Doutoral “Identidade, Mutação e Crise: perfis do espaço público europeu contemporâneo”, sob orientação da Prof^a Doctora Maria Castrillo Romón, do Departamento de Análisis e Instrumentos de Intervención Arquitectónica y Urbana da Universidad de Valladolid. Para mais informações contactar: mmsg@codaserver.org

Abstract: Actually, our cities experience new evolution and expansion processes. As a scattered and hostile urbanization emerges in their peripheries, we also see the arising of new ways of simulating and living the urban experience.

In this city spaces – built to consume and where traditional urban spaces are imitated and their uses copied – we find another urbanity, together with new habits and uses.

Shopping centers are no longer a precise territory, oscillating between private and collective use. Inside them, we find a place where everything is organized, where people movements are watched, where even the temperature is controlled and where the authentic interaction among people disappeared completely.

This investigation's attention is focused in Europe, and particularly in Portugal, whose last 20 years' purchase power increase, made a fertile terrain for enlarged consuming spirit and expansion of shopping centers and large retail stores.

Hoping to get a perspective on a phenomenon that extends across today's European spaces, the aim of this study is to identify the new dynamics of a changing urban reality.

Key-words: Public space; private space; crisis.

A cidade e os seus espaços

A uma evocação do espaço público associamos, vulgarmente, uma imagem de urbanidade. Contudo, a sua relação com a cidade é, de certo modo, ambígua, dado que são, simultaneamente, entidades físicas distintas e elementos espacialmente íntimos.

Enquanto que a cidade se apresenta, aos olhos dos seus habitantes, como uma realidade concreta, somatório de edifícios, equipamentos e infraestruturas, o espaço público representa, numa acepção corrente, a materialização do seu inverso, isto é, a ausência de concretização física.

Contudo, a noção de espaço público não é, uma negação de cidade, pelo contrário, representa a afirmação da sua existência. Na ausência de edificação, corporiza-se a presença das pessoas que a habitam; na sua configuração espacial contida e delimitada pelo seu edificado, vive-se a dinâmica e o movimento das ações que a caracterizam.

Por ser um espaço eminentemente social, é também espaço de representação, no qual a sociedade se faz visível. Será assim possível ler e compreender no espaço público, a expressão do fervilhar de forças que habitam a cidade.

Todavia ao tentar efectuar uma leitura destas dinâmicas não obtemos uma imagem clara e definida. A cidade tornou-se numa entidade, cuja escala e complexidade torna difícil definir qual o seu real papel e natureza. Impulsionada por novas formas de expansão e urbanização crescentes assistimos, progressivamente, a uma mudança na escala da cidade, que sai do seu quadro espacial tradicional, dissolvendo-se pelo território e transformando-se tendencialmente numa massa fragmentada.

Estamos perante um modelo de desenvolvimento urbano, que alimenta uma ideia de cidade-somatório de tecidos soltos, acessos viários e acumulações comerciais, onde o fenómeno da “metropolização”, se tornou numa realidade urbana inegável.¹

¹ François Ascher. *Metapolis – Acerca do Futuro da Cidade*. (Oeiras: Celta, 1996).

O alongamento das deslocações urbanas e os fenómenos das migrações pendulares quotidianas que a caracterizam, testemunha que o seu crescimento se opera menos por adição de novos subconjuntos urbanos autónomos e mais por uma mudança de escala e pela formação de bolsas habitacionais ou de emprego periféricas aos centros urbanos.

Deste modo, verificamos que o crescimento das metrópoles já não se realiza apenas por dilatações concêntricas, mas também pela integração no seu funcionamento quotidiano, não só de aglomerados urbanos periféricos, como de territórios ou elementos de natureza urbana cada vez mais afastados, que inclusivamente surgem em territórios não contíguos ou não metropolitanos.

Se a extensão contínua, e sobretudo densa, das grandes cidades foi favorecida, em fases anteriores pelo desenvolvimento dos transportes colectivos, a actual extensão longínqua e descontínua da urbanização das metrópoles está ligada ao uso do automóvel e ao aparecimento de transportes colectivos rápidos.

Deste modo, os espaços produzidos pelas dinâmicas contemporâneas, sejam denominados de áreas metropolitanas ou conurbações, de cidades-regiões ou metrópoles, são, acima de tudo, a construção de um novo tecido urbano, simultaneamente, extenso e descontínuo, espacial e funcionalmente, resultado da adição de uma multiplicidade de “não-lugares” e elementos dispersos.²

Encontramos esta visão tanto na megalópolis de Jean Gottmann³, como na metapólis de François Ascher⁴, na metropólis fracturada de Jonathan Barnett⁵, na cidade difusa de Francesco Indovina⁶, na City of Quartz de Mike Davis⁷, na Edge City de Joel Garreau⁸, tal como na multiplicidade de reflexões que surgem actualmente sobre a evolução da forma da cidade.

O que encontramos de comum em todas estas perspectivas é a afirmação de uma estratégia urbana de construção de um novo território urbanizado, distinto de uma entidade que denominamos cidade.

Uma cidade exige territórios articulados, lugares com capacidade de serem centralidades integradoras e polivalentes e constituídos por tecidos urbanos heterogêneos social e funcionalmente.

Perante os processos de dissolução da urbanização periférica, a fragmentação do tecido urbano e a eclosão de pseudo-centralidades monofuncionais, assistimos à

² Marc Augé, *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, (Lisboa: Bertrand Editora).

³ Jean Gottmann, *The Comming of Transactional Society*. (Baltimore: University of Maryland, 1983).

⁴ François Ascher, *Metapolis – Acerca do Futuro da Cidade*. (Oeiras: Celta, 1996).

⁵ Jonathan Barnett, *The Fractured Metropolis: Improving the new City*. (Nova Iorque: Icon, 1995).

⁶ Francesco Indovina, *Città Diffusa*. (Veneza: 1990).

⁷ Mike Davis, *City of Quartz*. (Nova Iorque: Vintage Books, 1992).

⁸ Joel Garreau, *Edge City – Life on the New Urban Frontier*. (Nova Iorque: Doubleday, 1991).

dissolução da cidade tradicional e à emergência de uma nova trama urbana, a urbanização sem cidade.

Encontramo-nos, desta forma, perante um novo modelo de desenvolvimento urbano, que nega os valores universalistas que se vinculam com a entidade-cidade, caracterizada pela densidade de relações sociais e pela mistura de pessoas e actividades e fomenta, alternativamente, a criação de uma ideia de cidade de produtos, composta de elementos e tecidos soltos e destrutturados.

Esta nova moldura espacial e funcional colocará em causa, igualmente, a estruturação da rede de espaços a eles associada e, em último grau, a destruição da própria imagem da cidade enquanto espaço público.

O carácter cada vez menos público dos espaços urbanos, sugere que estes são cada vez menos encarados ou visualizados como espaços de pertença efectivos. A praça ou jardim não são mais os locais de interacção social por excelência, mas locais de encontro social pontual e cujos mecanismos dinâmicos já não são controlados pelos seus actores. A rua não é mais um local, mas apenas uma ligação. Reconhecida pelas suas capacidades de trânsito de pessoas e automóveis, e não pelo facto de proporcionar um ambiente urbano favorável à interacção social.

Depois da cidade concentrada, separada da sua envolvente, depois da cidade metropolitana, que se expande até às suas periferias estimulada pelo desenvolvimento do transporte massivo e do uso do automóvel, encontramos perante uma nova fase do crescimento urbano, em que a cidade ultrapassa o seu quadro espacial e se encontra enfraquecida enquanto entidade contínua e espacialmente coerente.

A negação da esfera pública e a afirmação do privado

Este fenómeno, contudo, não se apresenta apenas como um processo unicamente físico. A mudança de escala e a reconfiguração física do território da cidade, são acompanhados, por uma recomposição funcional e social dos espaços metropolitanos. Novas dinâmicas sociais e económicas, reorganizam os usos e as vivências no interior das metrópoles.

Este processo é acompanhado de uma mudança na urbanidade dos seus habitantes. Assistimos paralelamente, à mutação da fisionomia da cidade, a uma “crise de participação cívica e política”, caracterizada por um progressivo afastamento entre o cidadão e o domínio público, influenciado por um consumismo passivo e alienante e um crescente individualismo nos modos de vida urbanos.⁹

⁹ Richard Sennett. *The Fall of the Public Man*. (Nova Iorque: Norton, 1992).

Identificamos, claramente, um progressivo auto-centramento dos sujeitos, segundo os quais a condução da vida pessoal se torna a sua principal e restrita preocupação, entendida como um fim em si mesmo e um modo de satisfação pleno. Os indivíduos valorizam o anonimato que o urbano lhes proporciona e privilegiam a protecção da esfera pessoal e os ambientes controlados, por oposição a um sistema aberto de interacções e contactos proporcionado por um espaço público tradicional.

Deste modo, a configuração espacial e social contemporânea da própria cidade altera radicalmente o papel da esfera pública no conjunto das dinâmicas urbanas. Não só, os espaços públicos deixam de ser o elemento formalmente ordenador dos tecidos urbanos da cidade, como perdem o seu papel estruturante das actividades e das interacções sociais urbanas, e mesmo a capacidade de ser suporte de rotinas e actividades partilhadas, afectando transversalmente as “esferas de influência cultural, social e de personalidade” dos seus actores e atenuando os seus níveis de uso e apropriação.¹⁰

Acompanhando o enfraquecimento de uma cultura urbana pública, encontramos o reforçar da figura de “consumidor-objecto” que atesta uma importância progressiva do mercado e do consumo na estruturação e funcionamento das interacções sociais e estilos de vida. O consumo torna-se assim na categoria privilegiada de significação social, secundarizando o papel das redes sociais e do domínio público.¹¹

Afastando-se da vida pública, o cidadão converte-se em consumidor e a vida urbana num simples produto imobiliário.

Assistimos, deste modo, a uma progressiva degradação física e simbólica dos espaços urbanos, pois apesar das “habituais intervenções estéticas redentoras” sobre os espaços públicos dos centros históricos – que apesar do seu simbolismo representam actualmente, uma fracção cada vez mais pequena do território urbano – todos os outros espaços da cidade se fecham sobre si e se esvaziam de sentido.¹²

Reforçada pelas dinâmicas poderosas do urbanismo de produtos, pela submissão ao mercado imobiliário e pela força económica da especulação privada, sentimos progressivamente a sintaxe dos objectos-mercadoria a substituírem a cidade do intercâmbio e da diversidade.

Será assim entre a proliferação e banalização do automóvel individual, o êxito dos condomínios privados e dos complexos habitacionais desligados do restante tecido urbano, que encontraremos uma cidade contemporânea com uma tendência para a progressiva privatização dos seus domínios públicos.

¹⁰ Jean Remy e Liliane Voyé. *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição?* (Porto: Afrontamento, 1994).

¹¹ Carlos Fortuna; Claudino Ferreira; e Paula Abreu; *Espaço Público Urbano e Cultura em Portugal*. (Lisboa: Revista Crítica de Ciências Sociais Nº 52/53, 1999).

¹² Manuel Delgado. *El Animal Público. Hacia una Antropología de los Espacios Urbanos* (Barcelona: Anagrama, 1999).

Perante um panorama em que a esfera privada penetrou em todas as dimensões da imagem e da cultura urbanas é já difícil encontrar as fronteiras entre os territórios e as esferas públicas e privadas da cidade.

Encontramos os sinais desta, gradual e colectivamente aceite, mutação manifestadas em fenómenos tão diversos como: o crescente número de condomínios fechados; as concessões privadas de largos e praças a parques de diversões, esplanadas ou demonstrações comerciais; as parcerias entre entidades públicas e privadas para a construção de jardins ou arranjos urbanísticos, associados frequentemente à exploração privada de parques de estacionamento a eles agregados; na parafernália de outdoors e equipamentos urbanos que funcionam enquanto suportes comerciais; nos anúncios debitados pelas televisões e écrans presentes cada vez mais nos transportes e espaços públicos urbanos; ou mesmo em fenómenos de maior dimensão como a construção de cidades simuladas dentro da própria cidade, como os parques temáticos, os festivais de rock ou as cidades empresariais.

Este modelo de construção de cidade retira o domínio público das suas prioridades e potencia a afirmação crescente do privado. A esfera pública perde progressivamente o seu papel de elemento estruturador das rotinas urbanas, enquanto que o espaço público urbano representa, em muitos casos, apenas um espaço residual entre edifícios e vias.

Reflexo de uma extensa crise de valores, identificamos em muitos novos comportamentos colectivos uma evidente “agorafobia”, decorrente de um medo ou desconforto na utilização do espaço público, dado que este não é reconhecido como um espaço protector, nem como um espaço protegido. Isto é, não proporciona segurança ou apresenta utilidade, a um conjunto alargado de indivíduos.¹³

Em alternativa, observamos como, nos grandes centros urbanos, estão repletas as ruas e as praças cobertas dos centros comerciais e como se fecham as ruas de acesso aos bairros ou condomínios privados. Aqui encontramos uma nova urbanidade, novos hábitos e novos usos. Num espaço que oscila entre a propriedade privada e o uso colectivo, encontramos uma envolvente onde tudo está organizado, o ambiente e a temperatura estão controlados, onde os nossos passos estão vigiados e onde se as pessoas se sentem seguras, apesar de ser – ou talvez por este ser – um local onde a ideia de interacção autêntica entre os cidadãos desapareceu por completo.

O enorme sucesso dos ambientes controlados dos gigantescos centros comerciais, que perfilham as linguagens e procuram reproduzir as estruturas e os elementos morfológicos urbanos tradicionais – como as ruas, as praças, os jardins ou os quarteirões – e que não são mais do que tentativas de simulacros afinados e optimizados do

¹³ Jordi Borja e Zaida Muxí. *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía* (Barcelona: Electa, 2003).

espaço público urbano tradicional, são a prova desta mudança de perspectiva, que agora identifica uso com consumo e segurança com privatização.

O panorama dos espaços privados de uso colectivos europeus

Liberta dos seus centros e limites, por um novo modelo de cidadania consumidora, a vivência da cidade já não se constrói através de vínculos com os espaços urbanos centrais ou representativos. Substituindo-se a estes, surgem novos espaços privados que se multiplicam nos seus centros e zonas suburbanas.

Contrastando com uma envolvente fragmentada e descontínua – que acaba abruptamente em vazios, becos sem saída ou em nós viários – os centros comerciais, os parques temáticos, os estádios de futebol ou outras formas híbridas de oferta de consumo e lazer, oferecem espaços arquitectónicos cuidadosamente harmonizados, artificialmente ordenados e permanentemente vigiados. Quase sempre associados a galerias comerciais, áreas de restauração, parques de diversão ou mesmo a zonas de convívio e de descanso, encontramos enquanto denominador comum destes espaços a busca da evasão e da diversão através da via redentora do consumo.

De entre os vários exemplos, é talvez o centro comercial o que melhor ilustra este modelo, pelas altas taxas de intensidade de uso que evidencia. Pelo carácter mimético que procura formalmente atingir, o centro comercial pode facilmente substituir as vivências urbanas por uma experiência que apesar de possuir um carácter “ageográfico”, satisfaz, através de uma “simulação controlada”, as necessidades de sociabilidade e de “obsessão pela segurança” que os seus utilizadores não conseguem satisfazer plenamente noutros espaços públicos tradicionais.¹⁴

Presentes, quer nos centros das cidades ou nas suas franjas suburbanas e apresentando as mais diversas tipologias, áreas e ofertas de serviços, os centros comerciais representam actualmente um papel central no quotidiano urbano do cidadão europeu, que em média visita um centro comercial 17 vezes por ano, ou seja, aproximadamente, de 3 em 3 semanas, gastando em cada visita, em média, 1h 30 m e apenas em 25% dos casos para comprar um produto específico, sendo visível o peso destes espaços enquanto estruturas de divertimento e lazer.¹⁵

Verificamos, aliás, que a tendência geral não é só o crescimento do número de visitas e do tempo gasto por visita, mas igualmente da importância deste tipo de lazer na estrutura das rotinas urbanas, verificando-se que, por exemplo, 63,9% dos

¹⁴ Jordi Borja e Zaida Muxí. *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía* (Barcelona: Electa, 2003).

¹⁵ *Where People Shop – Research Report* (Cushman & Wakefield, Healey & Baker: 2004).

portugueses costuma visitar centros comerciais nos seus tempos livres, subindo este valor para uns assustadores 87,9%, quando restringimos os inquiridos às idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos.¹⁶

Aliás, se centrarmos o olhar sobre Portugal – onde nos últimos 20 anos, um aumento exponencial do poder de compra e um crescente endividamento das famílias, criou um terreno fértil para a expansão de pólos e áreas comerciais de grande escala – encontramos um panorama onde existem actualmente 78 centros comerciais com mais de 5,000m², somando mais de 1,6 milhões de m² de área útil comercial.¹⁷ Deparamos em Portugal, contudo, com uma comparativamente baixa área útil comercial por cada 1000 habitantes – de cerca de 139m² – abaixo da média europeia de 163m² por cada 1000 habitantes, e bastante abaixo dos assustadores 525m², de área útil comercial por cada 1000 habitantes, que encontramos na Noruega.¹⁸

A crise do espaço e da vida públicos

Se surge, nesta viragem de século, uma concepção urbana que assume o caos metropolitano construído através da “evacuação da esfera pública”, em que as vivências urbanas se vão substituindo por experiências simuladas de cidade, esta não é, contudo, a primeira morte anunciada da cidade.¹⁹

Se o século XX foi, frequentemente, denominado como o século das cidades e o espaço público convertido em palco privilegiado dos seus momentos históricos, este será também o século associado à morte das cidades de Jane Jacobs²⁰ e Françoise Choay²¹, à morte anunciada do seu espaço público de Rem Koolhaas²², ou ao produto da dinâmica objectiva do capitalismo urbanicida que necessita de destruir para acumular de David Harvey.²³ Será, agora, no século XXI que se irá cumprir a profecia da morte da cidade?

A história da cidade está repleta de crises e mudanças radicais, que abalaram os seus alicerces. Factos como a destruição das cinturas de muralhas das cidades medievais, a introdução das primeiras malhas urbanas ortogonais ou mesmo o

¹⁶ *Estudo Telefónico – PhoneBus*. (Markttest: Setembro 2004).

¹⁷ *Centros Comerciais – Anuário Portugal 2005*. (Lisboa: Associação Portuguesa de Centros Comerciais: 2005).

¹⁸ *Where People Shop – Research Report* (Cushman & Wakefield, Healey & Baker: 2004).

¹⁹ Rem Koolhaas. *The Generic City*. Domus, Março, nº 791, pp. 3-12 (Milão: Domus, 1997).

²⁰ Jane Jacobs. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. (São Paulo: Martins Fontes, 2000).

²¹ Françoise Choay. *Le Règle de l'urbain et la Mort de Ville. La Ville. Art et Architecture*. (Paris: Centre George Pompidou, 1994).

²² Rem Koolhaas. *Harvard Design School Guide to Shopping*. (Cambridge: Taschen, 2001).

²³ David Harvey. *Condição Pós-Moderna*. (São Paulo: Loyola, 1992).

aparecimento e expansão do trânsito automóvel foram igualmente momentos críticos da sua história.

Perante uma nova fase de crescimento metropolitano, em que a cidade-rede multipolar e policêntrica, tendencialmente se encontra inserida em sistemas urbanos macro-regionais, eixos continentais e fluxos globais, não é somente o futuro da cidade que se apresenta difícil de prever, é já a própria cidade contemporânea que se torna difícil de compreender, pela sua particularidade, complexidade e escala, ultrapassa mesmo os limites da legibilidade humana.

Todavia, estas imagens, que prefiguram o pesadelo do nosso futuro urbano, já se encontram materializadas nos limites e periferias de muitas das cidades europeias actuais. O caos urbano não é uma antevisão do futuro, é, pelo contrário, o presente progressivo da cidade desurbanizada.

Contudo, a cidade prevalece, apesar das dinâmicas destrutoras, das lógicas do capitalismo avançado, da mobilidade, das telecomunicação dispersivas e da fragmentação urbanística e social. Se encontramos a cidade bem segura tanto nos seus alicerces económicos seculares, como nos seus valores culturais e políticos, assistimos ao enfraquecimento da esfera pública na vida e espaço urbanos.

Do Porto a Istambul, de Nápoles a Roterdão, ou de Lille a Varsóvia, encontramos, hoje, uma nova relação entre os habitantes e os espaços da cidade. Numa Europa, em que os equipamentos lúdico-comerciais substituem progressivamente a rede de espaços públicos urbanos, em que se introduzem mecanismos privados na produção de espaços públicos e usos colectivos em espaços privados, verifica-se que já não é clara a fronteira entre os domínios público e privado da cidade.

Identificamos na leitura da cidade europeia contemporânea a existência de um sentimento de crise que atravessa a vida pública, reflectida na crescente intensificação de uso e importância dos equipamentos e estruturas privadas.

Como qualquer outro aspecto da cultura urbana, a fusão das esferas urbanas do público e do privado, reflecte profundos processos de mudança e antecipa o combate do próximo século entre a cidade pública e social e a cidade civilizada do lucro e da diversão. Contudo serão estes os sinais aparentes de uma crise da cidade desistindo do espaço público urbano em prol da colectivização do espaço privado?

